

Questão Urbana, Moradia e Gestão das Cidades é o tema deste número da Revista de Políticas Públicas, periódico científico publicado semestralmente, sob a responsabilidade do Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão / UFMA. Antes de tudo, é importante dizer que este é um número especial porque afirma, dentro do processo de redimensionamento desta Revista, a opção tomada no âmbito da sua política editorial de abarcar, dentre as possibilidades de sua edição, a modalidade de números temáticos.

A demarcação do tema Questão Urbana, Moradia e Gestão das Cidades, como aquele que inaugura as edições temáticas da Revista de Políticas Públicas representa, por sua vez, o entendimento de que a vida urbana e suas contradições, a produção e o consumo do espaço urbano, a circulação do capital nos empreendimentos imobiliários urbanos, a ação estatal no campo da habitação, as lutas sociais pela moradia na cidade, o lugar do *plano local* na vida coletiva, o controle democrático dos usos da cidade e das condições de acesso a serviços e equipamentos públicos e a gestão das cidades são desafios históricos, políticos e teórico-conceituais pertinentes ao campo das políticas públicas. Ou seja, afirma-se que a abordagem da temática das políticas públicas tem muito a ganhar quando vista do ângulo das cidades e da questão urbana.

Em particular, tal demarcação também se assenta no reconhecimento do fato de que qualquer estratégia de diminuição ou superação das desigualdades sociais guarda profunda e insuperável relação com a capacidade dos diversos segmentos sociais e sujeitos políticos em enfrentarem as contradições e desafios urbanos do desenvolvimento. Nesta demarcação também ressoa a espécie de desencanto que encontramos por toda parte com o malogro e os limites das conquistas reais decorrentes do avanço no âmbito

constitucional-legal quando se completam vinte anos da aprovação da Constituição Federal Brasileira de 1988 e seu inédito capítulo sobre política urbana.

Consoante a melhor tradição dos estudos sobre o urbano, os autores e autoras dos trabalhos aqui reunidos tecem seus argumentos referenciados em cidades singulares e concretas. Rio de Janeiro, Santos, São José do Norte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, São Luís e Teresina são algumas das cidades que aparecem referenciando empiricamente explicações de caráter geral pertinentes à cidade capitalista no atual estágio de desenvolvimento do capital e da urbanização no Brasil.

Tratam-se, portanto, de estudos que se inscrevem e contribuem, a partir dos seus eixos particulares de análise e interlocução, para o debate teórico-conceitual sobre o tema Questão Urbana, Moradia e Gestão das Cidades e encontram-se organizados a partir dos processos que enfocam com maior acuidade. Nessa perspectiva, os quatro primeiros artigos enfocam o tema da gestão das cidades.

As chamadas propostas inovadoras de gestão municipal que se destacaram a partir dos anos de 1990 por incluírem, em seu escopo, o compromisso com políticas sociais de caráter redistributivo e a inclusão da participação popular no processo decisório são dimensões tomadas por Antônia Jesuíta de Lima no artigo **Governo local e governança urbana**: a participação em questão para tratar da atuação recente do Estado brasileiro no espaço urbano. Por meio da demarcação de singulares relações entre trabalho e trabalhadores, campo e cidade, iniciativas de trabalhadoras voltadas para a geração de trabalho, emprego e renda e redes de solidariedades no artigo **Mitos e desafios do desenvolvimento, participação e gestão democrática**, Terezinha Moreira Lima reflete sobre o mito do desenvolvimento sustentável

e sobre os desafios da economia solidária na ordem capitalista. Na análise do alcance e da direção dessas relações a autora privilegia certas dimensões da reestruturação produtiva e do desenvolvimento regional no Maranhão e chama a atenção para a racionalidade formal das políticas transnacionais que se sobrepõem à visão dos atores institucionais ou sujeitos políticos responsáveis pela gestão das cidades.

No terceiro artigo: **Percurso das políticas urbana e habitacional brasileiras e seus “novos” rumos** Elvira Luiza Arantes Ribeiro Mancini analisa o percurso da política urbana desenvolvida no Brasil no século XX e o rumo de suas ações iniciadas no século XXI. A perspectiva analítica escolhida pela autora produz uma argumentação na qual o surgimento e as ações destinadas às áreas de ocupação irregulares e precárias com fins da construção da moradia por certos segmentos da população aparecem como processos constitutivos da urbanização brasileira. Ao mesmo passo, a autora mostra como tais dinâmicas se encontram indissoluvelmente ligadas à intervenção estatal nas relações de produção ao definir, por meio de mecanismos jurídicos, tributários e urbanísticos, bem como por intermédio da formulação e efetivação da política urbana; incluindo-se aí a distribuição social e espacial dos equipamentos e serviços coletivos públicos e privados, as condições nas quais os diferentes agentes podem apropriar-se do *direito do solo* e quanto ao uso que a ele pode ser destinado.

Maria de Fatima Cabral Marques Gomes e Lenise Lima Fernandes são as autoras do artigo **Questão urbana e exclusão social: o que mudou nas favelas de Praia da Rosa e Sapucaia uma década após o Programa Bairro?** Demarcar em que medida a política de intervenção estatal destinada às favelas tem alterado as condições de inclusão/exclusão social e urbana dos moradores das favelas de Praia do Rosa e Sapucaia é o objetivo principal da análise. Para referenciar essa análise as autoras revisitam os resultados preliminares, de natureza qualitativa, do *follow-up* da urbanização nas favelas Praia da Rosa e Sapucaia realizada pela Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, por meio do Programa Bairro, entre 1996 e 1998.

O artigo de Cláudia Brasil Marques, Dietre Rugar Siedenberg e Carlos Honorato Santos Schuch intitulado **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local - São José do Norte/RS**, mediante o cotejamento de elementos teóricos e empíricos, analisa a questão do desenvolvimento regional e local. A modalidade de organização econômico-social emergente no município de São José do Norte, condição e desdobramentos da construção de um complexo portuário, o porto privado da Empresa de Celulose Aracruz, é aqui considerada como uma forma de desenvolvimento socioeconômico e de retomada da política pública social.

A gênese da mercantilização das cidades e as relações entre transformações urbanas e a questão social pontuando aspectos da urbanização no Brasil, a exemplo dos ocorridos na cidade de Fortaleza, formam o campo temático e empírico abordado por Aurineida Maria Cunha no artigo **Cidade e questão social no capitalismo**: em cena, Fortaleza, a Miami do nordeste. As transformações e contradições manifestas na cidade de Fortaleza e a articulação do conceito de *city marketing* permitem a autora retomar os passos e abordar os determinantes que contribuíram para alterar a imagem histórica da cidade de metrópole pobre, subdesenvolvida e dos retirantes das secas. Seguindo os preceitos do *city marketing*, a cidade deve ser vista agora como moderna, com infra-estrutura, lazer, cultura e belezas naturais. Mas, os índices sociais críticos que permanecem como dimensões constitutivas da vida urbana em Fortaleza levam a autora a discutir a construção histórica dos marcos legais do direito à cidade no Brasil e a (im) possibilidade de efetivação do mesmo no capitalismo que tem na sua lógica a negação dos direitos para todos.

Associando e confrontando trabalho e vida urbana no artigo intitulado **O trabalhador informal nos ônibus**: uma das faces da questão urbana na Região Metropolitana de Belém/RMB, Chistiane Pimentel e Silva e João Paulo Góis Alves permitem-nos vislumbrar e seguir trajetórias, práticas cotidianas e a precariedade e desafios de um singular segmento de trabalhadores urbanos dentre aqueles que fazem o comércio nas ruas: o trabalhador ambulante nos ônibus da região metropolitana de Belém. Nessa análise o aumento dos modos de trabalho precários e informais e a ocupação espacial dessa região, feitos de forma desigual, acompanhando a natureza desigual da produção do valor, segregando parcelas da população urbana em áreas de baixadas e periféricas, aparecem como determinações e condição do trabalho ambulante nos ônibus.

Os três trabalhos que completam a sessão de artigos desta Revista abordam e interrogam cada um, ao seu próprio modo, a transformação da estratégia de uso das áreas centrais e centros históricos das cidades do Brasil em reabilitação de patrimônios.

No artigo **Gentrificação e políticas de revitalização nos centros históricos no Brasil**: processos que levam ao déficit habitacional Georgia Patrícia da Silva, Sergio Figueiredo Feretti e Edileuza Sette fazem uma discussão crítica sobre as políticas de preservação nos centros históricos brasileiros ao traçarem contradições na defesa da permanência dos grupos e culturas locais que, na prática, assemelham-se às práticas de gentrificação. Essas práticas, associadas ao consumismo cultural, a certos interesses empresariais e à criação de novas centralidades para fins de exploração comercial, expulsam os moradores dessas áreas consideradas patrimônio para a criação de paisagens de poder em detrimento

do vernacular.

No artigo intitulado **Estado, interesses privados e a permanência da crise do “Centro Histórico”**: políticas de elitização e popularização nas áreas centrais de São Luís do Maranhão Frederico Lago Burnett trata das causas da incapacidade das Políticas Públicas de Cultura em resolver a crise urbana da área central da cidade de São Luís, Maranhão. Isso o faz conduzir uma análise muito esclarecedora quanto à omissão da administração municipal em aplicar a função social da cidade sobre imóveis ociosos permitindo que os proprietários especulem com a valorização das edificações e deixando sem controle a ação predatória do comércio popular formal e informal que ameaça os núcleos residenciais com o caos urbano. Tem-se, então, o acervo arquitetônico da cidade, hoje Patrimônio Cultural da Humanidade, vitimado pelo abandono e pela descaracterização, expondo o conflito entre o discurso e a prática do poder público.

Em **Políticas públicas urbanas**: o caso do Centro de Santos André da Rocha Santos aborda, numa perspectiva histórica, o processo de revitalização do Centro de Santos situando o papel do poder público municipal na condução das políticas públicas urbanas, especialmente as políticas de habitação. Desse ponto de vista, é dado destaque ao Programa Alegria Centro que tem por objetivo apoiar a implantação e funcionamento de atividades e empreendimentos comerciais e turísticos, a valorização da paisagem urbana e do patrimônio e as ações de marketing para divulgação de tais ações. O autor encerra sua argumentação explicitando elementos pertinentes à questão da precariedade da moradia na área central de Santos, São Paulo.

Após a sessão de artigos a Revista apresenta uma rica e elucidativa entrevista de Frederico Lago Burnett com Hermínia Maricato sobre o tema **Revisitando o projeto da Reforma Urbana de interesse popular**. A entrevista se faz em torno de um eixo articulador expresso numa contradição. Num dos pólos dessa contradição estão os elementos da trajetória iniciada com a Constituição Federal de 1988, estendida com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, a regulamentação dos instrumentos para um planejamento democrático e distributivo e a criação do Ministério das Cidades, em 2003. Desse pólo fazem parte ainda a destinação de fundos federais para produção habitacional de baixa renda e a manifestação, em muitos municípios brasileiros, de respostas às carências de urbanização e moradia dos bairros de periferia. Tratam-se, portanto, de indicações que parecem apontar para uma nova dinâmica urbana capaz de reverter as históricas desigualdades sociais das cidades brasileiras. O outro pólo da contradição sustenta a permanência do crescimento acelerado das favelas e periferias, a continuidade de ações de despejo e remoção, a fragilidade e ineficácia dos conselhos paritários de gestão

urbana, a inaplicabilidade de instrumentos jurídicos e urbanísticos de combate à especulação imobiliária, a não efetivação dos novos planos diretores e a permanência de tradicionais práticas clientelistas da administração pública local. Desse pólo também fazem parte o gigantesco “boom imobiliário” nas principais cidades do país, que volta a colocar a iniciativa privada no comando de um novo processo de “desenvolvimento urbano”.

A resenha de Chistiane Pimentel e Silva do livro **AS DUAS FACES DO GUETO**, de autoria de Loïc Wacquant, publicado pela Boitempo Editorial em 2008, encerra o conjunto de trabalhos encaminhados para a publicação neste número da Revista de Políticas Públicas.

Esperamos que estes trabalhos - com suas propostas conceituais e implicações políticas, seus elementos teóricos e referências empíricas - contribuam para ampliar os estudos e debates que procuram recuperar para o primeiro plano as contradições, os interesses e os desafios presentes na constituição, estruturação, usos e usufruto das cidades brasileiras.

**Raimunda Nonata do Nascimento Santana**

Doutora em Serviço Social pela  
Universidade Federal do Rio de Janeiro;  
Professora do Departamento de Serviço Social da  
Universidade Federal do Maranhão.